

ATA DE REUNIÃO DIRETORIA DA FAACO – 04/11/2025

Ao quarto dia do mês de novembro do ano de de dois mil e vinte e cinco, às 14h30, pela plataforma Meet, foi realizada reunião de diretoria da FAACO com a participação do senhor José Aparecido de Souza, Paulo Arlindo Magalhaes, Laerte Alves Setubal, Luiz Antonio Sanches, Ronaldo Cidade Matos, Pedro Alcantara Rodrigues, Oscar Nunes da Silva e Davi Aranha. O presidente da FAACO, Jose Aparecido de Souza, iniciou a reunião manifestando grande preocupação com os 4.500 processos pendentes da COBAP e as implicações legais e financeiras para as associações. Infomou, também, que no congresso, foi decidida a volta do desconto de mensalidades a partir de janeiro ou fevereiro de 2026, com as duas primeiras mensalidades destinadas integralmente à COBAP, sem repasse às associações ou federações, algo que ele contestou por não estar no edital. Expressou a certeza de que as associações não concordariam e poderiam pedir desfiliação da COBAP e manifestou a avaliação inicial de que não faz sentido a FAACO permanecer na COBAP. Argumentou também que a FAACO está de mãos atadas por ainda não ter o convênio com o Postalis e não concordava com a COBAP ficar com as primeiras duas mensalidades de desconto, visto que as associações também precisam de receita. Ronaldo Cidade Matos questionou a existência de um contrato entre a FAACO e a COBAP. O presidente da FAACO informou que irá procurar nos arquivos da Bahia pela documentação do convênio com a COBAP. Pedro Alcântara Rodrigues lembrou que, independentemente do convênio da FAACO, todas as associações têm um convênio direto com a COBAP. O presidente da FAACO informou que a COBAP retornaria o desconto para quem não solicitou a suspensão, mas Ronaldo Cidade Matos questionou a necessidade de recadastramento. Jose Aparecido de Souza expressou sua expectativa de que o convênio com o Postalis seja assinado em breve, apesar dos atrasos devido a mudanças na direção da empresa. Eles concordaram que, com o novo convênio, as associações devem orientar os membros a solicitarem o cancelamento dos descontos pelo INSS, a fim de evitar descontos duplos e proteger a associação. Jose Aparecido de Souza solicitou a Luiz Sanches para apresentar um levantamento da situação financeira atual da FAACO, indicando que as finanças não estavam boas. Luiz Sanches informou que a FAACO tinha uma previsão orçamentária de R\$ 190.436,00 para o exercício, mas a receita até setembro totalizou R\$ 112.670,00 faltando uma entrada significativa esperada. Informou que, devido à falta de arrecadação, após abril, a FAACO resgatou R\$ 83.000,00 de um fundo de investimento que começou com R\$ 542.000,00 no início do ano. Ronaldo Cidade Matos questionou quantas associações com desconto pela COBAP estavam pagando a FAACO, e foi dito que a Bahia e Santa Catarina haviam pago, mas em valores distantes dos anteriores. Diante da situação financeira, Jose Aparecido de Souza propôs que o CONREP deste ano seja virtual e não presencial, pois o último evento presencial custou quase R\$ 79.000,00. Ronaldo Cidade Matos e Laerte Alves Setubal apoiaram a realização do congresso virtual devido à dificuldade financeira da FAACO e à queda na arrecadação. Jose Aparecido de Souza concordou em preparar um documento para justificar o CONREP virtual em função da queda da arrecadação e do problema com o INSS. Jose Aparecido de Souza informou que não obteve o

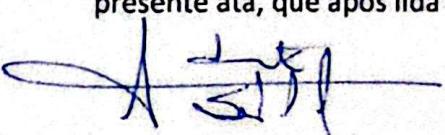
J. A. M.
E.

patrocínio esperado para o ENAC/RN, previsto para maio/2026, o que levou o evento a voltar ao modelo onde os participantes pagam o custo total. Propôs mudar a data do ENAC de maio para outubro, a fim de dar mais tempo às associações para se prepararem e para os participantes pagarem, preocupado com o risco de a FAACO assumir um prejuízo caso o número de participantes não seja alcançado. Davi Aranha apresentou que o custo do ENAC em Natal, incluindo toda a logística, seria em torno de R\$ 5.100,00 por pessoa em apartamento duplo para maio, valor similar ao evento anterior no Rio de Janeiro. Sugeriu que a retirada de atividades sociais poderia reduzir o preço para cerca de R\$ 3.990,00 a R\$ 4.050,00 para outubro de 2026. Davi Aranha apresentou um custo mais alto, R\$ 5.550,00 mas com a vantagem de 12 parcelas de R\$ 462,00. Davi Aranha alertou que a mudança para outubro deveria considerar a eleição, com datas possíveis de 7 a 11, 14 a 18 e 28 a 1/11/2026. Davi Aranha apresentou três opções para a realização do ENAC: manter em maio com o preço atual de R\$ 5.100,00 e 07 (sete) parcelas de R\$ 728,00; mudar para outubro com 12 (doze) parcelas de R\$ 468,00; ou reduzir os serviços para maio, cortando passeios e atrações noturnas, estimando um preço de cerca de R\$ 4.000,00. Destacou, também, que a FAACO já tem custos fixos anuais com o ENAC, como streaming e pessoal, estimados entre R\$ 30.000,00 e R\$ 40.000,00, que não são incluídos no custo do evento. Jose Aparecido de Souza calculou que, com o valor de R\$ 5.100,00 por pessoa, a despesa da FAACO apenas com a diretoria e o conselho fiscal seria de R\$ 56.100,00. Estimou, também, que o subsídio de 20% para presidentes e delegados, que totaliza R\$ 1.020,00 por pessoa, adicionaria mais de R\$ 20.000,00 aos gastos. Além disso, os custos com passagens aéreas para a diretoria e o conselho, mais despesas de logística e convidados, poderiam elevar a despesa total da FAACO com o ENAC para cerca de R\$ 100.000,00. Jose Aparecido de Souza expressou preocupação com a alta despesa da FAACO para o ENAC e a ausência de receita suficiente, mencionando o risco de ter despesas para o CONREP virtual e, em seguida, com o ENAC. Davi Aranha apresentou a programação completa, se optassem pela logística total, que seria de 18 a 22 de maio. A programação incluiria abertura plenária, CONREP, 02 (dois) passeios (litoral sul e norte) mais um city tour, e quatro eventos noturnos, incluindo duas festas (abertura e encerramento), um cinema e um bingo. Pedro Alcântara Rodrigues argumentou que o ENAC deve ser um encontro festivo e não apenas um evento de hotel e reunião, o que significa que os passeios e festividades são essenciais para atrair participantes. Pedro Alcântara Rodrigues questionou se a FAACO receberia algo dos participantes que pagam o valor integral do pacote. Davi Aranha esclareceu que a FAACO recebe R\$ 100,00 por pessoa, o que ainda não foi recebido, mas será até dezembro. Jose Aparecido Souza e Pedro Alcântara Rodrigues sugeriram a criação de dois pacotes para o ENAC: um com passeios e outro sem. Davi Aranha concordou, reconhecendo que presidentes e delegados, que estariam no CONREP, não pagariam pelos passeios, e aqueles que quisessem participar pagariam separadamente. Davi Aranha afirmou que faria o cálculo dos novos pacotes. A maioria concordou em manter a data de maio para o ENAC. Ronaldo Cidade Matos e Jose Aparecido de Souza debateram a necessidade de o Conselho Fiscal se reunir um dia antes do ENAC, o que implica um custo adicional de diária e alimentação para os conselheiros e diretores envolvidos. Jose Aparecido de Souza mencionou que isso é uma prática política tradicional e a mudança para

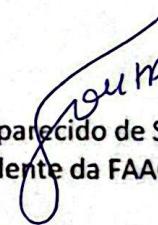


economizar seria arriscada, podendo gerar “problemas” no CONREP. A despesa adicional de ter 05 (cinco) pessoas para um dia antes, foi estimada por Davi Aranha, será em cerca de R\$ 5.000,00 a R\$ 6.000,00. Os diretores discutiram os prazos para a realização do próximo CONREP, que seria fundamental para tomar decisões sobre o ENAC. Laerte Alves Setubal informou que o prazo para o publicação do edital de convocação seria de 15 dias. Jose Aparecido de Souza informou que o convênio com a Postalis para desconto da mensalidade está em fase jurídica e ele está cobrando a presidência da Postalis para agilizar o processo. Expressou preocupação com as mudanças políticas na diretoria da empresa e o déficit de R\$ 680 milhões do Postalis que aumentou em R\$ 20 milhões em agosto. Explicou, também, que grande parte do déficit se deve a termos de confissão de dívida não pagos pelo Correio, que o Postalis está classificando como devedores duvidosos. Jose Aparecido de Souza destacou que o déficit do Postalis pode levar a uma diminuição na temporalidade do plano de benefícios. Mencionou a preocupação com a situação financeira do Correio, que está buscando um empréstimo de 20 bilhões de reais e pode não ter dinheiro para pagar o 13º salário e os salários de dezembro. Ele relatou dificuldades em obter informações detalhadas do Postalis devido a mudanças na diretoria. Jose Aparecido de Souza disse que a FAACO está atenta ao problema do déficit e acompanha mês a mês. Laerte Alves Setubal observou que as divulgações da FAACO sobre o déficit não tiveram repercussão, ao contrário das feitas pela ADCAP. Laerte Alves Setubal também informou que a FAACO publicará uma nota sobre a auditoria do Correio no Postalis, que não teve recomendação, e pedirá mais transparência nos relatórios futuros. Jose Aparecido de Souza atualizou sobre as ações em Brasília relacionadas à derrubada do veto da PLC dos 1712. Reiterou a posição contrária a um novo projeto de lei devido ao longo tempo que levaria e focou na derrubada do veto, apesar de ter apresentado ambas as propostas na Casa Civil. Mencionou que as ações judiciais também foram impactadas por um parecer técnico desfavorável de um assessor do senador, o que exigiu um trabalho prévio da Dra. Leda. Informou que a Casa Civil recomendou que a FAACO procurasse o MGI e a SRE (Secretaria de Relações Institucionais), que é liderada por Greizi Hoffmann, para que essas secretarias demandassem o assunto à Casa Civil. Jose Aparecido de Souza concluiu que as ações, incluindo a visita ao MGI e à Casa Civil, não avançarão sem um “padrinho político” que tenha influência para pautar o veto para votação, mencionando Davi Alcolumbre e Hugo Mota como figuras-chave. Oscar Nunes da Silva relatou a reunião com o Senador Paulo Paim para buscar apoio para a PLC dos 1712, onde detalhou o histórico do projeto e o veto integral em 1998. Enfatizou que o projeto só foi aprovado na Câmara e no Senado com o apoio da oposição na época. Oscar Nunes da Silva também mencionou a lei 8.529/92 e a concessão de complementação de aposentadoria para empregados da Rede Ferroviária Federal com o mesmo teor do projeto vetado. Oscar Nunes da Silva relatou a conversa com o senador Paulo Paim, solicitando que ele intermediasse uma audiência com o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre, para discutir o veto. O objetivo é encurtar o trabalho em Brasília e tentar obter um compromisso de Alcolumbre com o projeto, dada a escassez de recursos financeiros. Informou que Paulo Paim se comprometeu a conseguir a audiência por ter uma amizade particular com Alcolumbre e muitos anos de Congresso, prometendo iniciar os contatos a partir do dia 4 de novembro. Ronaldo

Cidade Matos comentou que Paulo Paim poderia ser o "padrinho político" necessário para o projeto. Oscar Nunes da Silva também pediu a Paulo Paim que se candidate à reeleição em 2026 em nome dos aposentados dos Correios, esperando que o projeto seja vitorioso. Jose Aparecido de Souza sugeriu preparar uma documentação, talvez revisada pela Dra. Leda, para entregar a Alcolumbre. Ronaldo Cidade Matos enfatizou a necessidade de levar mais representações para a audiência com Alcolumbre. Jose Aparecido de Souza solicitou que a audiência seja marcada com antecedência, citando dificuldades logísticas e o alto custo de passagens aéreas saindo de Bauru. Oscar Nunes da Silva relembrou uma audiência anterior com o senador Ramit, na qual o ceremonial limitou a participação a 05 (cinco) pessoas e apenas 1 (um) interlocutor, destacando a importância de ter pessoas-chave. Jose Aparecido de Souza destacou que o problema do projeto não é exclusivo, mencionando que algumas associações não têm 1711 ou 1712 na presidência e não consideram o problema relevante. Afirmou que a derrubada do veto beneficiará todos que entraram no Correio até 31 de dezembro de 1976, sendo um grande ganho para as associações. Jose Aparecido de Souza também mencionou que as ações individuais de pessoas do DCT, apesar de celetistas, têm alta chance de vitória na justiça, o que reforça os pareceres para a derrubada do veto. Oscar Nunes da Silva reforçou a clareza do Artigo 4º da lei 8.529, que se refere a trabalhadores "originários do DCT". Ronaldo Cidade Matos informou que o presidente da COBAP, Warley, será intimado a depor na CPMI. Jose Aparecido de Souza expressou preocupação com Warley. Jose Aparecido de Souza informou que a situação financeira da COBAP é crítica que eles estão negociando a venda de um prédio bloqueado para pagar dívidas trabalhistas aos funcionários. Revelou, também, que a COBAP está planejando criar uma empresa de turismo ou similar, para continuar realizando encontros e arrecadando dinheiro. Denise informou que o registro do estatuto da FAACO parece estar chegando ao fim, após a Central RTD e o cartório de Brasília solicitarem várias documentações e uma pequena alteração. A alteração foi feita no Artigo 19, Inciso 2, Letra B, Número 3, para mudar o percentual de convocação da assembleia geral de 1/3 para 1/5, conforme exigido pelo Código Civil. Jose Aparecido de Souza esclareceu que a mudança foi acatada por ser uma exigência legal, mesmo sem levar ao CONREP, tratando-a como um erro de digitação. O Senhor Paulo Arlindo informou que está agendando uma reunião com o presidente Lula para fazer um trabalho "político somente", visando resolver a situação do voto e a mudança do artigo 4º da lei 8.529. Jose Aparecido de Souza enfatizou a necessidade de discrição em relação a informações estratégicas para evitar "aproveitadores". Sem mais a relatar o presidente da FAACO agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião. Sem mais a relatar, eu, Laerte Alves Setúbal, secretário da mesa, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo presidente.



Laerte Alves Setúbal
Secretário



Jose Aparecido de Souza
Presidente da FAACO